

a atuação do governo

Economia - Brasil

Banqueiro e economista não querem plano como Austral

Uma preocupação, o aumento da inflação, e uma dúvida, sobre a disposição do governo para controlar seus gastos, unem as análises da economia brasileira para 1986 feitas pelo professor José Roberto Mendonça de Barros, economista da USP e pelo vice-presidente do Unibanco, Marqués Moreira. Caso a dúvida permaneça, ambos acreditam que a taxa da inflação para os próximos 12 meses ultrapasse os 230% registrados no ano passado. Mendonça de Barros chega a prever uma inflação em torno dos 350%. Os prognósticos de Marqués Moreira não são tão alarmantes mas, ainda assim, acha provável que ela ultrapasse os índices do ano passado.

"O governo precisa demonstrar que não tem medo de combater a inflação, porque isto não acarreta necessariamente uma recessão", afirma Marqués Moreira, defendendo também uma política monetária menos neutra, com maior restrição à emissão de moedas. Ainda assim, ele não vê com bons olhos a adoção de algo semelhante ao plano Austral no país: "a inflação brasileira ainda não requer medidas tão radicais" diz, pedindo também ao governo uma política de renda mais ordenada e harmônica. Além do mais, ele gostaria que o Brasil repetisse o crescimento econômico de 1985 e, usando um carro como metáfora, dá a sua receita ideal de uma política econômica para este ano: "é preciso usar o freio motor, deixando a máquina engrenada, ao invés de usar o freio de mão. Dessa forma a inflação se manterá nos 230% e a economia terá condições de crescer em torno de 6%".

O professor Mendonça de Barros imagina duas hipóteses para o crescimento da economia brasileira em 1986: com um controle mais rígido da inflação, a expansão da economia será de no máximo 5%; caso contrário, o país poderá repetir a taxa de crescimento do ano passado, mas num quadro inflacionário elevado. De todo modo, o economista também é contrário a soluções de choque como as adotadas pela Argentina. Lembrando que as economias dos dois países são diferentes, ele se mostra cético quanto aos resultados de tratamentos do tipo heterodoxo, pois os próprios economistas argentinos mostraram-se apreensivos com as consequências de uma liberação de controles rígidos, o que poderia provocar, de imediato, uma inflação de 150%.

O que mais encanta Marqués Moreira no plano Austral é que ele definiu uma

política. E é justamente isto que ele quer do governo brasileiro, ainda que o objetivo desta política seja apenas o de manter a inflação sob controle, e não o de reduzi-la. O professor Mendonça de Barros acha que o Brasil tem condições para dar continuidade ao plano de austeridade já iniciado, embora este seja um ano eleitoral. O mais difícil — o aumento de impostos — já foi conseguido, com a aprovação do último pacote no Congresso. Quanto ao déficit público, o economista acredita que o governo deveria tentar capitalizar o clima de indignação da população com os gastos oficiais para prosseguir com os cortes.

De qualquer maneira, o economista avalia que as consequências de sua aplicação só serão sentidas a partir do segundo semestre, pois nos primeiros seis meses do ano, pela permanência dos fatores que influenciaram o quadro econômico no último trimestre — como a seca no Sul do país e a recuperação da demanda interna — ele não sofrerá mudanças substanciais.

Sobre as contas externas, tanto Marqués Moreira quanto Mendonça de Barros se mostram otimistas com a possibilidade de o Brasil conseguir manter um superávit comercial de US\$ 12 bilhões, pois a maior importação de alimentos poderá ser compensada com um acréscimo da receita gerada pela exportação de café e soja. O vice-presidente do Unibanco prevê um crescimento de 3,6% no comércio internacional. O professor da USP lembra também que a desvalorização do dólar frente a outras moedas deve continuar este ano, o que favorece as exportações brasileiras, que devem ganhar, só com o café, um excesso de renda de US\$ 800 milhões.

Com esse superávit, Marqués Moreira vê razões de sobra para acreditar que a questão do balanço de pagamentos será facilmente equacionada. O Brasil terá condições de pagar os juros de sua dívida sem ter que solicitar dinheiro novo aos banqueiros internacionais. Ainda assim, ele preferiria que o governo negociasse com os credores uma solução mais permanente, a fim de que o país não perdesse o poder de barganha que ganhou nesses últimos anos por não ter que pedir mais empréstimos. Um acordo plurianual, segundo afirmou, pode não ser ideal mas diminuiria incertezas futuras — desde que nele fossem incluídas cláusulas prevendo garantias contra mudanças bruscas no cenário externo e a possibilidade de captação de novos créditos, caso o Brasil deles necessitasse.